



Visita da Comissão de Educação, Ciência e Cultura ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota e Zona Especial de Proteção

Relatório

10 de março de 2014



Visita de trabalho da Comissão de Educação, Ciência e Cultura ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota e Zona Especial de Proteção

10 de março de 2014

Programa

- 10h00** Receção no Salão Nobre da Câmara Municipal de Porto de Mós
- 10h30** Apresentação do Processo de Classificação de S. Jorge
Salão Nobre da Câmara Municipal de Porto de Mós
- 11h00** Visita ao Campo Militar da Batalha de Aljubarrota (S. Jorge) e respetiva ZEP -
Zona Especial de Proteção
- 11h45** Receção no edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal da Batalha
- 12h00** Apresentação do projeto coordenado pelo Centro de Interpretação da
Batalha de Aljubarrota, relativo à 1ª posição – Condicionantes e
Oportunidades
Sala de Sessões da Câmara Municipal da Batalha

Enquadramento

A visita foi organizada na sequência de convite dirigido à Comissão de Educação, Ciência e Cultura pelo Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, João Salgueiro, em conjunto com a Associação de Moradores e Proprietários de S. Jorge, no âmbito da recente classificação do Campo Militar da Batalha de Aljubarrota como Monumento Nacional, bem como da ZEP - Zona Especial de Proteção que lhe está associada.

Posteriormente, a Comissão recebeu um convite do Presidente da Câmara Municipal da Batalha, no sentido de se alargar a visita àquele município, por ali se encontrar localizada uma nova infraestrutura do projeto coordenado pelo CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e pelo facto de uma parte da Zona Especial de Proteção (ZEP) ao Monumento ser localizada na área do Município da Batalha.

Delegação da Assembleia da República

- Deputado Pedro Pimpão (PSD)
- Deputada Isilda Aguincha (PSD)



- Deputado Valter Ribeiro (PSD)
- Deputado Fernando Marques (PSD)
- Deputado Amadeu Albergaria (PSD)
- Deputada Odete João (PS)
- Deputado João Paulo Pedrosa (PS)
- Deputado Jorge Manuel Gonçalves (PS)
- Deputada Gabriela Canavilhas (PS)
- Deputado Manuel Isaac (CDS-PP)

Síntese da visita

A visita de trabalho teve início no Salão Nobre da Câmara Municipal de Porto de Mós. O Sr. Presidente da Câmara começou por apresentar as boas-vindas à delegação de Deputados da Assembleia da República e restantes pessoas ali presentes, passando, de imediato, a expor o problema que afeta centenas de habitantes de São Jorge e dezena de empresas ali instaladas e que se prende com a extensão da Zona Especial de Proteção (ZEP). Esclareceu que os terrenos passaram a estar altamente desvalorizados, o que coloca dificuldades em relação às garantias bancárias das empresas, para além de problemas relativos ao cultivo das terras, à conservação dos edifícios e à transação dos imóveis.

Considerou inquestionável o valor daquele património histórico para a região, sublinhando, no entanto, a falta de bom senso e de diálogo que tem existido entre a tutela e as autarquias (Câmara Municipal de Porto de Mós e a Junta de Freguesia de São Jorge).

Relativamente ao Plano de Pormenor, esclareceu que no momento da assinatura do protocolo não estava ainda definida a atual ZEP e que, para além disso, o protocolo já caducou em 2010. Acrescentou ainda que existe intenção de avançar com o Plano de Pormenor, devendo o mesmo ser realizado com racionalidade, salvaguardando a zona de instalação das empresas.

O representante da Associação de moradores e proprietários de prédios sitos na área de influência do Campo Militar de São Jorge, o Sr. Padre Cristiano, efetuou uma apresentação, que pode ser consultada [aqui](#), em que fez uma breve resenha história das várias alterações à Zona de Proteção, desde 1954, sublinhando que a zona abrangida pela área classificada envolve mais de 1300 habitantes, cerca de 700 proprietários, empresas em diversas áreas de atividade, estando em causa, aproximadamente, 650 postos de trabalho e mais de 130 milhões de euros de faturação anual. Esclareceu que a área classificada como Monumento Nacional Campo Militar de São Jorge ocupa uma área de 100 ha e a Zona Especial de Proteção uma área também de 100 ha.

Considerou que as limitações ao direito de propriedade, as restrições à ocupação do solo (construção, atividade agrícola e outras), os prejuízos para a economia local e o decréscimo da população, decorrentes da classificação, constituem graves condicionalismos ao desenvolvimento económico-social.



Chamando a atenção para a possibilidade de conciliar a preservação do património histórico com a vida das pessoas que ali moram, concluiu, destacando as pretensões da Associação: suspender o processo de classificação do Monumento Nacional fixado em 2010, e respetiva ZEP fixada em 2012; reduzir a área do Monumento Nacional aos terrenos propriedade do Estado, atendendo a que são os únicos com estudos arqueológicos credíveis que o justificam; adequar a ZEP à dimensão necessária para salvaguardar os interesses do Monumento e reativar a Comissão de Acompanhamento, para definir os limites da ZEP, incluindo nesta a participação da Associação, em representação da população. Estas reivindicações, bem como o descritivo da evolução de Classificação, podem ser consultados na [página internet da Comissão](#).

Interveio, de seguida, o arqueólogo Alexandre Valinho, que defendeu a necessidade de articulação entre a salvaguarda do património e os interesses da sociedade civil, entendendo que estes não foram tidos em conta. Referiu que todos os vestígios arqueológicos se circunscrevem à Zona de Proteção prevista na Portaria n.º 708/77, pelo que os estudos deveriam ter sido efetuados antes da definição da ZEP. Chamou ainda a atenção para o facto de se comparar este a outros campos de batalha quando, em relação aos restantes, esta questão não se coloca, por não se tratar de zona habitada.

A delegação efetuou, de seguida, uma visita, em autocarro, à Zona Especial de Proteção, tendo tido oportunidade de verificar os limites do Monumento Nacional Campo Militar de São Jorge e da Zona Especial de Proteção.

Os trabalhos prosseguiram na Câmara Municipal da Batalha, onde o Sr. Presidente apresentou as boas-vindas aos Deputados e agradeceu a visita àquele município. Referiu-se, de seguida, ao Campo Militar de São Jorge, que considerou um espaço de oportunidade e uma mais valia para o território, pese embora reconhecendo que nem sempre este tipo de decisões é bem interpretado pelas populações. Sublinhou ainda a importância do turismo cultural para a região, lembrando que o Mosteiro da Batalha constitui o 3.º monumento nacional mais visitado.

Afirmou que a Câmara Municipal da Batalha tem procurado criar um equilíbrio entre as necessidades dos particulares, os interesses do município e a questão do património cultural, o que exige bom senso e diálogo entre os vários intervenientes. Referiu-se ainda à necessidade de se criarem instrumentos – planos de pormenor ou outros - que permitam efetuar uma organização do território. Apresentou, por último, a proposta de se comemorar, na Assembleia da República, a passagem dos 30 anos da classificação daquele território pela UNESCO.

O Sr. Professor Saúl Gomes, da Universidade de Coimbra, fez uma breve apresentação, em que destacou a importância do Monumento Nacional Campo Militar de São Jorge e da Zona Especial de Proteção. Fez referência às escavações levadas a cabo por Afonso do Paço, nos anos 50/60, afirmando que os achados constituem uma pequena parte do que poderá vir a ser encontrado e exigem uma leitura científica da zona.



Fazendo alusão às 3 componentes do espaço de classificação do Monumento Nacional – arqueológica, paisagística e museológica – afirmou existirem evidências arqueológicas que demonstram a necessidade de se continuarem as escavações. Neste sentido, apelou para a necessidade de sacrifícios, por parte das populações, em nome da imagem de Portugal, do turismo e da cultura portuguesa. Referiu-se ao salto muito positivo, registado de há 20 anos a esta parte, em termos de qualidade e de inovação, pelo que considerou que não deve ser destruído o investimento científico feito em investigação, que, na sua perspetiva, não colide com os interesses económicos. Concluiu, sublinhando que as zonas classificadas são sempre zonas valorizadas.

O Sr. Dr. Alexandre Patrício Gouveia, presidente da Fundação Batalha de Aljubarrota, fez uma breve apresentação, que pode ser consultada na [página internet da Comissão](#), em que fez alusão ao processo de classificação que resultou, em 2001, de uma conjugação de esforços entre o Governo da altura, a comunidade científica, o exército português e as Câmaras Municipais. Fez referência ao número de visitantes do Centro de Interpretação, ao montante dos investimentos realizados pela Fundação, às atividades do Serviço Educativo, aos serviços e atividades oferecidos em locais de Batalhas históricas importantes e terminou apresentando exemplos de agressões à paisagem do campo de Batalha de Aljubarrota, com usos ilegais e impróprios, segundo considerou, para um local com aquela importância histórica, que urge preservar. Considerou que é possível trabalhar em conjunto com as Câmaras Municipais de Porto de Mós e da Batalha, no sentido de garantir uma oferta cultural de qualidade, quer para portugueses, quer para estrangeiros.

A Sra. Deputada Odete João (PS) começou por fazer referência ao consenso que se verifica quanto à necessidade de preservação do monumento, considerando, no entanto, que a situação de Porto de Mós difere da situação da Batalha. Defendeu a necessidade de diálogo entre todos os intervenientes no sentido de se compatibilizar os limites da zona especial de proteção com as necessidades das populações e o desenvolvimento da região. Afirmou que não se devem colocar as pessoas contra o monumento e que se deve preservar o que existe com a sensatez que se exige. Lembrou que a estrada nacional IC2 atravessa o monumento nacional. Referiu, ainda, a esse propósito, que os vestígios arqueológicos foram irreversivelmente danificados em resultado das construções existentes, da rede de estradas e de condutas de esgotos e saneamento que atravessam a zona. Terminou questionando sobre a eventual existência de evidências científicas quanto à possibilidade de reposição da paisagem.

O Sr. Deputado Manuel Isaac (CDS-PP) considerou que deverá prevalecer o bom senso nesta matéria e que devem ser envolvidas as pessoas neste processo. Defendeu ainda a necessidade de se efetuarem escavações onde têm de ser efetuadas e com a maior celeridade possível, entendendo que não devem ser impostas restrições, sem que as pessoas percebam que o trabalho está a avançar. Concluiu, apelando a uma articulação entre os vários intervenientes.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) referiu-se à importância da visita, porquanto permite analisar, no terreno, os problemas das populações. Defendeu a necessidade de conciliação das duas perspetivas e de ponderação nas decisões, dada a importância de que



se reveste este monumento para a nossa identidade. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre os passos que foram dados, do ponto de vista académico e administrativo, para a delimitação da ZEP, sobre a experiência da Câmara Municipal da Batalha relativamente à forma de ultrapassar os problemas das populações e ainda sobre o ponto da situação do Plano de Pormenor da Câmara de Porto de Mós.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) considerou fundamental uma boa articulação entre a Administração Central, as Câmaras Municipais e os investigadores, sem esquecer o envolvimento das entidades locais, no sentido da salvaguarda e valorização do património cultural e dos interesses das populações. Questionou, por último, sobre as vantagens para as populações da delimitação da ZEP e sobre a forma como deve ser potenciada esta zona.

O Sr. Deputado João Paulo Pedrosa (PS) afirmou que os problemas existentes resultam da ausência de diálogo e considerou que a zona especial de proteção é exagerada e, por isso, insustentável, porque ninguém cuida, ninguém conserva, ninguém trata. Defendeu que as zonas de servidão são zonas problemáticas, pelo que devem ser cirúrgicas.

A Sra. Dra. Celeste Amaro, Diretora Regional da Cultura do Centro, fez uma breve resenha histórica de todos os procedimentos e diligências que tomou, desde a sua tomada de posse, em 2011, afirmando que este assunto foi profundamente discutido com todos os interessados. Referiu-se à proposta da Direção Regional de Cultura, que defendia que fossem retiradas 2 faixas na zona industrial da Batalha e de Porto de Mós, o que não veio a acontecer, dado que os pareceres de peritos apontavam no sentido da proteção desta área, sob pena de se perder tudo o que ali existia. A ZEP foi então aprovada por maioria, sem quaisquer restrições, não podendo agora ser alterada. Fez ainda alusão ao valor transferido, em 2007, para a Câmara de Porto de Mós – 30.000 euros -, destinados ao plano de pormenor de salvaguarda, esclarecendo que este instrumento permite à Câmara definir tudo o que se pode fazer e construir, de acordo com as restrições decorrente da lei. Assim, perguntou por que razão a Câmara não deu ainda início ao plano de pormenor.

A representante da Direção-Geral do Património Cultural referiu-se à importância da ZEP, enquanto enquadramento e defesa do monumento classificado, mencionando que a proposta de classificação e de proteção resultou de muita ponderação. Afirmou que a classificação de 1977 não foi eficaz, como se percebe pela proliferação de construções desde então, e referiu existir a presunção relativamente a um conjunto de vestígios naquela zona. Terminou, defendendo que o trabalho do arqueólogo Afonso do Paço e de uma equipa multidisciplinar permitiu desenvolver uma área científica de enorme valor – a arqueologia do conflito.

O Sr. Professor Saúl Gomes, da Universidade de Coimbra, afirmou que o trabalho de Afonso de Paiva demonstrou que ainda há muita matéria para investigar e que, por isso, esta zona deve ser acautelada. Terminou, reafirmando que a preservação e valorização de um património, com uma dimensão mundial, tem custos e exige cedências.

A Sra. Deputada Gabriela Canavilhas (PS) considerou que deverá existir uma mediação mais musculada e estruturada relativamente à convivência entre a defesa do património,



por um lado, e dos interesses das populações, por outro, pese embora reconheça que esta convivência nem sempre foi pacífica. Relativamente à ZEP, defendeu que deve ser articulada e ajustada aos interesses dos cidadãos, que não devem ser mitigados.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós referiu-se à derrota da proposta da Direção Regional de Cultura do Centro que tinha sido consensualizada e, relativamente aos 30.000 euros transferidos para aquela autarquia, perguntou de que forma os pode devolver, pese embora tenham sido gastos em cartografia. Afirmou que não pode avançar com o plano de pormenor enquanto a situação não for resolvida, recusando-se a aceitá-la, tal como está. Sublinhou que as escavações foram muito restritas, circunscrevendo-se à área da capela, e que a situação de São Jorge não se justifica. Por último referiu que ali vivem pessoas.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal da Batalha encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos, e chamou a atenção para o facto de a plataforma de mediação já ter existido, entendendo que deve ser recuperada, tendo em vista um diálogo mais profícuo.

Na [página internet da Comissão](#), encontra-se disponível a documentação da visita, que inclui:

- Apresentação sobre classificação do Campo Militar de São Jorge - Associação de moradores e proprietários São Jorge
- Memorando da Associação de moradores e proprietários São Jorge
- Álbum fotográfico
- Apresentação do Dr. Alexandre Patrício Gouveia

A Assessora
Cristina Tavares